

FABRIS, Júlio. Planejamento
e seus atropelos. A gazete, Vitória,
13 de abril de 1981. Cad. 2. C. 1, 2, 3, 4, 5, 6

A104837

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

O planejamento e seus atropelos

Desde que foi fundada, em finais de 76, até ser transformada em Instituto, a Fundação Jones dos Santos Neves elaborou diversos planos abrangendo inúmeras áreas. Lazer, trânsito, esgotos, organização urbana, ocupação do solo, tudo isto foi tratado pelos técnicos do órgão. Mas pouco chegou a ser realizado na prática. O principal empecilho seria interesses estranhos ao planejamento.

Júlio Fabris

Na biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves, antiga Fundação Jones dos Santos Neves, existe uma quantidade considerável de planos e estudos sobre a Grande Vitória, principalmente em seus aspectos urbanos, e sobre outras regiões do Espírito Santo. Muitos destes planos estão há bom tempo dentro do Instituto, sem jamais terem conhecido qualquer aplicação; alguns foram efetivamente aplicados; outros, o foram, mas bastante modificados. Os próprios técnicos do Instituto consideram que nenhum plano foi aplicado 100%. Esta constatação faz levantar perguntas sobre qual tem sido o destino da maioria dos planos do instituto. E apresenta questões sobre o papel de um planejador dentro da máquina administrativa de um Governo.

Dentro do espaço físico ocupado pelo instituto, dois andares de um prédio na avenida

APLICAÇÃO

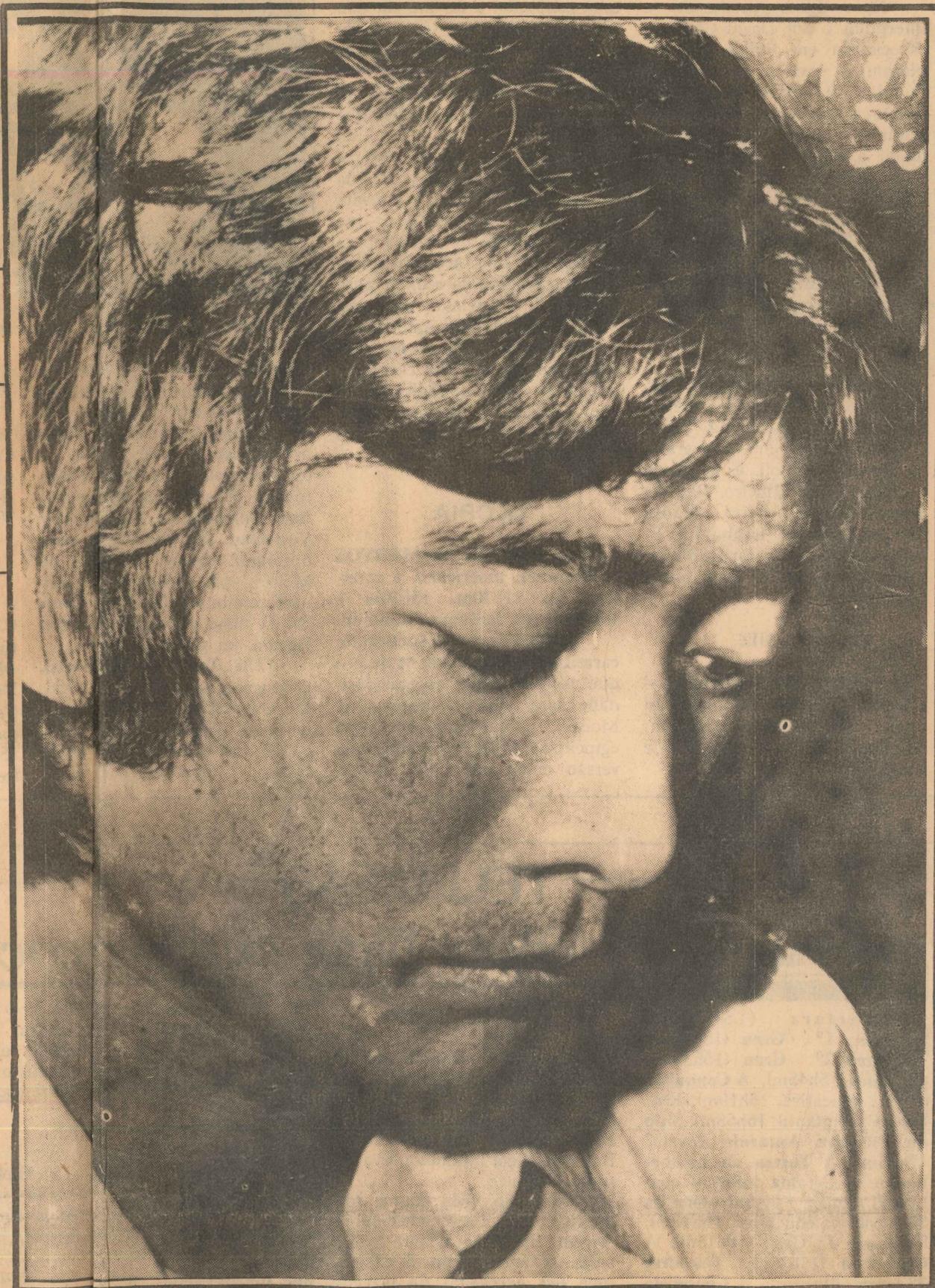
Esta listagem é, evidentemente, incompleta. Não seria possível desejar uma listagem completa de tudo o que a Fundação, e o atual Instituto, fizeram durante todos estes anos. Mas, e a aplicação destes estudos e planos? Aí entra outra questão. Em primeiro lugar, como esclarecem os próprios técnicos do instituto, o órgão não é normativo; os planos são geralmente entregues aos prefeitos, para dar a eles subsídios para atuarem em determinada área. Neste sentido, como esclarece o arquiteto André Abe, os planos têm um certo sentido de traçar diretrizes. Ele exemplifica com o Plano de Lazer, preparado há algum tempo.

— Neste plano o que mais foi focado foi o crescimento futuro da malha urbana. Nós notamos que havia um crescimento das áreas urbanas sem concomitante

fins do ano passado, nós realizamos um seminário junto com o prefeito e vereadores da Serra, para discutir o projeto. Foi uma grande coisa para nós. Depois do seminário foi possível terminar o projeto.

A lei sobre desenvolvimento urbano na Serra tinha algumas proposições específicas. Como o enfoque para os conjuntos habitacionais, que eram encarados como uma forma de parcelamento do solo e de expansão da malha urbana; defendia-se que a aprovação do projeto do loteamento fosse concomitante com a aprovação das construções dentro do loteamento. Havia também uma parte específica sobre sistema viário para pedestres. A questão dos loteamentos recebia um tratamento específico; afinal, a Serra tem sido um local onde os loteamentos têm se proliferado de forma violenta.

— O projeto foi mandado



André: se gastar dinheiro, pode-se dar lazer a um bairro inteiro

andares de um prédio na avenida César Hilal, trabalham 26 técnicos, incluindo arquitetos, urbanistas, entre outros, que estariam preocupados em traçar "um crescimento harmônico para a Grande Vitória". Contando com o corpo administrativo e técnico da Coplan, a Coordenadoria de Planejamento que substituiu a Secretaria do Planejamento e que foram, em função daquela substituição, incorporados ao Instituto, o número de pessoas trabalhando dentro do Instituto eleva-se a quase 100 pessoas. São essas pessoas que estariam incumbidas de cuidar do planejamento urbano e social de Vitória e eventualmente de outros municípios do Estado.

E o que foi feito até hoje? Sem dúvida alguma, os planos foram apresentados com resultados concretos dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por aqueles técnicos. Para citar só os mais famosos, podem ser lembrados o PAITT (Plano de Ação Integrada de Transporte Urbano) e o PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano) da Grande Vitória. Estes dois planos foram igualmente exemplos dos caminhos que têm seguido boa parte dos estudos feitos pelo instituto: o confronto com os interesses políticos e privados; e nem sempre os planos saem ilesos deste confronto.

Entretanto, os próprios técnicos do instituto lembram outros trabalhos que foram feitos ao longo dos cinco anos de existência do órgão, quatro dos quais como Fundação. Mas existem também o PDTU (Plano Diretor de Transporte Urbano), Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Natural da Grande Vitória, Planos Diretores, incluindo o da Serra, além de estudos sobre Centros de Animação e cursos para a formação de recursos humanos. Na época em que a Fundação era um órgão de apoio técnico à Cema (Comissão Estadual do Meio Ambiente), foram feitos também estudos sobre a situação do meio ambiente. Está se iniciando um estudo sobre esgotos e condições sanitárias.

áreas urbanas sem concomitante crescimento das áreas de lazer. A estratégia é que é mais importante neste plano. Isto é, nós nos preocupávamos em mostrar que com pouco dinheiro era possível fazer alguma coisa em termos de lazer.

André continua explicando que há uma associação, para os administradores, de idéias entre a praça e a área construída, dispêndio de recursos para equipar a praça. "Era contra esta idéia que nós íamos: é possível equipar uma praça até mesmo com sucata; sem gastar dinheiro, pode-se dar lazer a um bairro inteiro". Isto foi colocado em prática? Até certo ponto. Afinal, cita-se mais especificamente algumas experiências neste sentido em Jardim da Penha. Pouco, evidentemente. Mas o próprio André Abe procura dar uma explicação porque não receberam maior ressonância as idéias contidas neste plano.

— Nós entregamos os estudos às prefeituras. Afinal são eles que aplicam, eles têm poder de executar os planos. Eu acredito que falta nós insistirmos mais para que as prefeituras se interessem pelos trabalhos, passando a aplicá-los.

SERRA

Os estudos são feitos, entregues às prefeituras, e às vezes já mais são postos em prática. Isto pode demonstrar, inclusive, uma indiferença por parte de prefeitos e vereadores para os planos de planejamento; um exemplo claro disto, é o Plano Diretor da Serra. Este plano começou antes da chegada do arquiteto Antônio Carlos Carpinteiro, à Fundação — ele depois se tornaria um dos principais responsáveis pelos estudos. Pediram na época a Carpinteiro, uma lei sobre desenvolvimento urbano na Serra. Carpinteiro fez a lei. "Depois, começou a via Crucis", conforme declara o próprio arquiteto.

— A prefeitura não se interessava muito pelo projeto, e ele também não era prioritário dentro da própria Fundação. Em

— O projeto foi mandado para a prefeitura da Serra em novembro do ano passado, por Ballarini, antigo diretor superintendente da Fundação. Depois disso não houve qualquer manifestação por parte da prefeitura da Serra. Creio que a prefeitura da Serra se desinteressou pelo projeto; talvez não fosse prioritário para a prefeitura ordenar a ocupação do solo. Entra aí o jogo político que escapa à minha compreensão como técnico.

O projeto está nas mãos da prefeitura. Carpinteiro afirma desconhecer qual será o seu futuro. "A filosofia do projeto era regular à expansão urbana no município da Serra. Era uma lei com pouco mais de 150 artigos". Que não fosse prioritário para a prefeitura da Serra uma lei como esta, pode parecer estranho quando se conhece alguns dados: de 1952 a 1980 foram feitos 127 loteamentos no município da Serra; daquele número, 81 se referem a loteamentos nos últimos cinco anos.

— Eu acredito que o que amarra a Fundação é o chamado entrave político; além de uma certa timidez da administração global, daqui e de fora. Timidez que se refere às coisas novas.

CONSCIENTIZAÇÃO

"A questão é que — lembra André Abe — as pessoas vêem o Penedo, e não se atêm à importância que ele tem para a cidade. Então é preciso que se mostre que o Penedo é um patrimônio da cidade. Isto tem que ser feito de uma maneira geral, para muitas coisas da cidade; há coisas que deixam às vezes de ser um patrimônio privado para ser público. Esta conscientização é uma questão de tempo. Leva tempo". E completa: "Mas, de fato, o canal entre o órgão técnico e o órgão executivo está um pouco obstruído".

Outro técnico do Instituto Jones dos Santos Neves, Fernando Sanchotene, lembra que um plano urbano para uma cidade implica em uma série de mudanças correlatas, surgindo daí a necessidade de um planejamento mais amplo. Que nem sempre é compreendido.

— Para mexer em uma praça em Campo Grande, por exemplo, é preciso modificar muitas

coisas, como o sistema viário, a interação das pessoas com a praça, a estética geral do local, entre outras coisas. E isto nem sempre atinge as pessoas, pois elas estão mais preocupadas com coisas imediatas.

Mas existem outros "atropelos" aos planos geralmente feitos pela Fundação, como diz os próprios técnicos a ela ligados. "Colocar em uma mesma mesa — diz André Abe — o pessoal do Detran, do paisagismo, de obras, é uma dificuldade". Mas há outros detalhes a serem considerados, como a questão de que alguns dos planos feitos pela Fundação são da iniciativa do órgão, enquanto outros são feitos por encomenda. Os de iniciativa própria podem, é claro, serem encarados com indiferença pelos órgãos públicos. Há até mesmo a questão política, pois a fundação nasceu durante o Governo Elcio Alvares e muitas pessoas ainda associam o órgão ao nome do ex-Governador — isto, é previsível, cria alguns entraves políticos.

Que haja uma necessidade de um planejamento, parece não haver muita dúvida. O próprio Instituto nasceu, como Fundação, de uma situação onde já se começava a fazer alguns planejamentos, mas sem haver um órgão específico para a tarefa. Afinal, basta lembrar alguns antecedentes da extinta Fundação e, por conseguinte, do atual Instituto: em 1967, por exemplo, foi criada a Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória, que recebeu a sigla Copi. Na época, já sentia os efeitos do incontrolável crescimento populacional de Vitória e tentou-se organizá-lo. A própria Comdusa nasceu da necessidade de instituir algumas melhorias no desenvolvimento urbano de Vitória.

Um marco, entretanto, foi o Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião da Grande Vitória, elaborado por Maurício Roberto Arquitetos. Um plano que pretendia ser abrangente no tratamento do problema urbano da Grande Vitória; nasceu, contudo, defasado, pois ignorava os Grandes Projetos industriais logo após a elaboração do Plano (1971) teriam sua instalação anunciada.

Em 1976, no entanto, era concluído o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória, o PEE. Este plano pretendia instituir um planejamento urbano nesta região urbana, e foi elaborado por um grupo onde constavam os nomes de Arlindo Villaschi, Antônio Borjaille, Jolindo Martins Filho, José Ramos Sobrinho, Manoel Rodrigues Martins, Maria do Carmo Schwab, Michael Bergmann e Odilon Borges Júnior. Em dezembro do mesmo ano era criada a Fundação Jones dos Santos Neves, cujo embrião foi aquele grupo.

E daí em diante começaram os problemas que circundam o planejamento. Como lembra o atual diretor superintendente do Instituto, Orlando Caliman, "é preciso um debate mais amplo sobre onde se encaixa o planejamento". André Abe acrescenta que, a respeito da não aplicação de alguns planos feitos pelo Instituto, "não há interesse em anular os nossos planos — em geral, o que há é indiferença". Intervenção propriamente dita teria ocorrido no PDU e no PAITT.

No PAITT, por sinal, os atropelos ao projeto original foram muitos. Em primeiro lugar o aquaviário desempenhava um papel de grande importância; por isso, a entrada da viação Verdun em Vila Velha, fazendo as linhas dos bairros até o terminal do aquaviário era de vital interesse. A Verdun entrou, mas tempos depois a Alvorada, que antes tinha o monopólio das linhas de ônibus em Vila Velha, comprou a Verdun. O projeto inicial foi parcialmente anulado; sequer as tarifas integradas permaneceram.

No PAITT prejudicou ainda a própria construção da Terceira Ponte, que canalizou o grosso dos recursos. Além disso, o tráfego de carros no centro da cidade, que era uma das preocupações principais do plano, diminuiu; e isto implicava em modificar em algo o plano. Quanto ao PDU, Sanchotene afirma que quando foi levado à câmara municipal, a maioria dos vereadores não conhecia o texto do plano. "O PDU só passou a ser defendido quando começaram a entendê-lo".

MUNICIPIOS

Mas a Fundação também tem pontos positivos acumulados — casos em que alguns prefeitos procuraram o órgão, pediram soluções para problemas específicos, e se interessaram em aplicar as soluções apontadas pelo corpo técnico do Instituto.

Sanchotene lembra o caso do prefeito de Itapemirim, que chegou um dia no Instituto pedindo um projeto de um "muro de arrimo". Ele tinha um problema semelhante ao de Camburi: uma via perto do mar, em que uma pista era constantemente destruída pelas águas. Queria fazer um muro na praia para impedir a ação da maré. "O custo de um projeto como este seria altíssimo", diz Sanchotene.

"Então, nós sugerimos que ele desmanchasse uma das pistas com o material recolhido pavimentasse uma outra via paralela que estava entregue ao abandono e fizesse a mão que faltava por esta outra pista. Ele resolveu dois problemas de uma única vez".

Há os casos, ainda, de Conceição da Barra, em que o prefeito pediu um projeto "em que o loteamento foi encarado como uma expansão da malha urbana". E também de Conceição de Castelo, em que o prefeito pediu um plano diretor urbano para Venda Nova, que foi feito e está sendo atualmente aplicado. A constituição de um corpo de planejamento urbano é, na opinião de Sanchotene, uma das principais conquistas com a fundação do órgão, e que deve ser mantida.

— Era preciso organizar algumas coisas que antes eram feitas em caráter empírico. Daí a importância da constituição de um grupo de pessoas trabalhando em planejamento dentro do Espírito Santo.

Na opinião de Orlando Caliman "o planejador joga com muitas idéias — é quase um futurologista". Futurologia maior é a previsão do que ocorrerá com o plano quando ele sair do gabinete do técnico. Os atropelos são muitos e o esforço das cabeças pensantes nem sempre chega a interferir na vida diária da cidade.